



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
**Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares**

Ofº nº 8298/MAP – 28 Setembro 2010

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
--------------	------------------	--------------	------

**ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 3915/XI/1ª**

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 5031 de 28 do corrente do Gabinete da Senhora Ministra da Saúde, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda

MO



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

GABINETE DA MINISTRA

Exmo. Senhor  
Dr. André Miranda  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de S. Bento  
**1249-068 LISBOA**

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

**ASSUNTO: Pergunta n.º 3915/XI/1ª de 5 de Julho de 2010 do Senhor  
Deputado Bernardino Soares do PCP  
- População sem médico de família**

No sentido de habilitar o senhor Deputado Bernardino Soares, do PCP, com a informação solicitada, cumpre-me informar V. Exa. do seguinte:

É reconhecido por todos o contexto de carência de recursos humanos médicos em Portugal, na área da saúde, em geral, e na prestação de cuidados primários, em particular.

Constitui uma prioridade para o Ministério da Saúde o reforço dos recursos humanos médicos que, note-se, constitui uma necessidade geograficamente assimétrica, uma vez que é mais evidente em determinadas zonas do país do que outras.

Prevê-se que o já concretizado aumento significativo do número de vagas nos cursos de medicina venha a contribuir para um incremento do número de médicos disponíveis para trabalhar nesta área. Em 2004, o total de vagas disponibilizadas nas instituições foi de 1185, enquanto em 2009, o total foi de 1659 vagas. No mesmo sentido vai a criação dos novos cursos de Medicina na Universidade do Algarve, já em funcionamento, e na Universidade de Aveiro, a iniciar-se em 2011.

Outro aspecto relevante é o aumento da formação de médicos na especialidade de Medicina Geral e Familiar, bem como em especialidades mais carenciadas, como urologia, obstetrícia, entre outras. Em Medicina Geral e Familiar têm iniciado o internato um número progressivamente maior de médicos: 123 (15,7% do total) em 2004, 339 (29% do total) em 2010.



## MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DA MINISTRA

O Ministério da Saúde fixou uma bolsa de formação, no valor mensal de € 750 para os internos que preenchem vagas preferenciais, incentivando a uma fixação de profissionais em zonas do país com carências identificadas.

Entretanto, o Ministério da Saúde vai também dar continuidade ao objectivo de colmatar a escassez de médicos no nosso país através da contratação de médicos estrangeiros.

Por outro lado, refira-se que a reforma dos cuidados de saúde primários que se encontra em curso, com a criação das Unidades de Saúde Familiar (existindo actualmente 256 em funcionamento e que permitiram atribuir médico de família a 389.524 portugueses) e a constituição dos Agrupamentos de Centros de Saúde, permitirá disponibilizar mais e melhores cuidados de saúde próximos dos cidadãos, indo ao encontro das suas necessidades

O Ministério da Saúde tornou mais célere o processo de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado aos médicos, com o grau de especialista de medicina geral e familiar que concluíram o respectivo internato médico, permitindo, desta forma, a integração de novos médicos no Serviço Nacional de Saúde.

De acordo com o Relatório da Auditoria 27/09 do Tribunal de Contas, em 31 de Dezembro de 2008, 9.827.919 portugueses tinham médico de família. Sendo que o total de residentes do Continente é de cerca de 10,1 milhões de pessoas, e que cerca de 150 mil indicaram expressamente não desejarem ter médico de família, seria de 1.474.532 mil o número dos que não têm médico de família.

No entanto, o modelo de construção da base de dados de utentes – por fusão de cerca de 400 bases locais – não permitiu eliminar completamente as redundâncias, pelo que não é possível conhecer o número com exactidão. Está em curso um processo de contacto com os utentes potencialmente inscritos de forma duplicada, de modo a conduzir ao expurgo da lista.

É ainda de salientar que o Governo aprovou em Conselho de Ministros um regime excepcional e transitório para procurar conter o processo de aposentações requeridas



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

GABINETE DA MINISTRA

pelos médicos, documento que foi discutido com os sindicatos representativos dos profissionais médicos, e que se espera que venha a ter a adesão dos profissionais.

Naturalmente, não é ainda possível conhecer o número dos que vão aderir.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

António Mendes